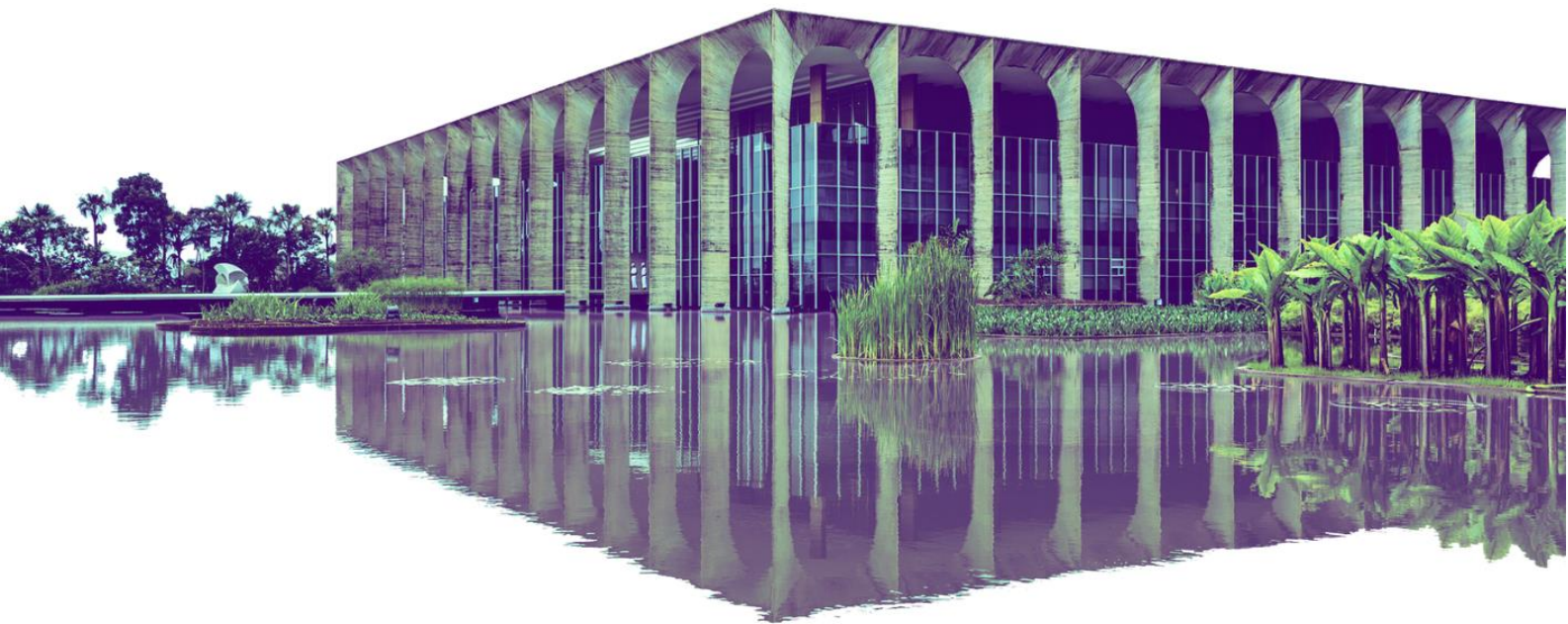


CURSO CACD

**EDITAL
ESQUEMATIZADO
CACD 2023**



PROF. BRUNO REZENDE

www.cursocacd.com

COMO USAR ESTE EDITAL ESQUEMATIZADO

Você já pensou em ser diplomata, trabalhar como representante do Brasil em negociações internacionais e prestar assistência a brasileiros no exterior? Gosta dos temas de relações internacionais e quer atuar em uma carreira de Estado responsável pela condução das relações externas do país?

Se você tem o sonho de tornar-se diplomata no Brasil, o único caminho para realizá-lo é a aprovação no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), que ocorre todos os anos. O edital do CACD de 2023 já foi publicado, e neste documento eu resumi as principais informações do edital, para facilitar sua consulta e referência na preparação. Caso ainda não tenha visto, [toque aqui](#) e assista ao vídeo que publicamos no YouTube com um resumo dos principais pontos do edital do CACD 2023.

Este documento não é oficial e não substitui a leitura do edital na íntegra, essencial para quem deseja realizar a prova. O edital determina todas as normas que regem o concurso, incluindo o perfil profissional do cargo, os requisitos para tornar-se diplomata no Brasil, as fases de provas e o conteúdo programático de cada matéria cobrada. Se você vai prestar o CACD 2023, não deixe de ler o edital completo ([confira o edital neste link](#)).

O TRABALHO DE DIPLOMATA

A carreira de diplomata é uma das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, o qual, conforme a Lei nº 11.440/2006, também é composto pelas carreiras de oficial de chancelaria e de assistente de chancelaria. Essa lei dispõe o seguinte em seu artigo 3º:

“Aos servidores da Carreira de Diplomata incumbem atividades de natureza diplomática e consular, em seus aspectos específicos de representação, negociação, informação e proteção de interesses brasileiros no campo internacional.”

As atividades de natureza diplomática dizem respeito ao relacionamento oficial do país com atores estrangeiros, como Estados e organizações internacionais, e ocorrem em múltiplas áreas, incluindo: cerimonial e protocolo; ciência, tecnologia e inovação; comércio e investimentos; cultura; defesa; diplomacia pública; direitos humanos; economia; educação; meio ambiente; política; temas multilaterais, entre vários outros temas.

As atividades de natureza consular são aquelas relacionadas à assistência a brasileiros no exterior e a estrangeiros que desejem ir ao Brasil, por exemplo.

Agora que você já sabe um pouco mais sobre o trabalho de diplomata, vamos passar aos destaques do edital do CACD 2023.

Um abraço e ótimos estudos,

Bruno Rezende

REQUISITOS E INFORMAÇÕES BÁSICAS DO CACD

REQUISITOS E PERFIL PROFISSIONAL

No Brasil, a única modalidade de ingresso na carreira de diplomata é por concurso público, o CACD, que é tradicionalmente realizado todos os anos. Os requisitos básicos para investidura no cargo de diplomata são mencionados no item 2.4 do edital do CACD 2023:

- a) ser brasileiro nato, conforme o art. 12, § 3º, inciso V, da Constituição Federal e o art. 36 da Lei nº 11.440, de 2006;
- b) estar no gozo dos direitos políticos;
- c) estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;
- d) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- e) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação (MEC). No caso de a graduação ter sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo MEC, nos termos do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- f) ter idade mínima de 18 anos;
- g) ter sido aprovado no concurso; e,
- h) nos termos do art. 14, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 1990, e suas alterações, apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais.

Além desses requisitos, o edital também prevê, no item 2.3.1, aspectos do perfil profissional dos servidores da carreira de diplomata, que atuam como representantes da sociedade e do Estado brasileiro no campo internacional:

- a) hierarquia e disciplina;
- b) mérito, dedicação e estudo;
- c) disposição para servir no exterior, respeitando as leis, os usos e os costumes dos países onde servir;
- d) discrição na vida pública e na vida privada; e
- e) capacidade e disposição de resolver conflitos e enfrentar situações adversas e inesperadas, na defesa dos interesses do Brasil e de seus cidadãos no exterior.

Algumas dúvidas frequentes sobre os tópicos acima são:

- Ainda não concluí a graduação. Posso prestar o CACD?

Sim. O diploma é necessário apenas para a investidura no cargo – o que ocorre após a aprovação – e não é exigido no ato de inscrição. Logo, quem quiser prestar o CACD nessa condição deve inscrever-se normalmente e pagar a taxa de inscrição (R\$ 229 no CACD 2023). Uma alternativa é baixar as provas posteriormente e realizá-las como simulados. [Todas as provas de CACDs anteriores estão disponíveis para baixar no site do Curso CACD.](#)

- Diplomas de graduação de tecnologia/tecnólogo são aceitos?

Sim. O [Ministério da Educação](#) reconhece que o “diploma de graduação dos tecnólogos tem validade para participação de candidatos em concursos públicos de nível superior”, como é o caso do CACD.

- Há idade máxima para entrar na carreira de diplomata?

Não. Desde 1996, não há mais idade máxima para prestar o concurso (antes disso, a idade máxima variou entre 30 e 35 anos). O único limite máximo a ser observado é a idade de aposentadoria compulsória de servidores públicos, que é de 75 anos.

- No que consistem os exames pré-admissionais de aptidão física e mental?

Os candidatos aprovados devem apresentar exames médicos de rotina e são atendidos em consultas médicas e psicológicas, um procedimento padrão na admissão em concursos públicos.

- Posso ser diplomata e nunca me mudar para o exterior?

A própria natureza da carreira de diplomata envolve o trabalho em postos do Brasil no exterior, como reconhece o perfil profissional previsto no edital (“disposição para servir no exterior”). Para chegar ao topo da carreira de diplomata, é necessário acumular no mínimo dez anos de trabalho no exterior. Ninguém da carreira de diplomata é enviado para servir no exterior contra sua vontade, mas é indispensável fazê-lo para progredir na carreira.

- Posso ser diplomata e trabalhar em outra cidade brasileira que não seja Brasília?

Se você quer ser diplomata, terá de morar em Brasília por pelo menos alguns anos. As sedes do Instituto Rio Branco (IRBr, a academia diplomática brasileira) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE) ficam em Brasília. Após a aprovação no CACD, é necessário morar em Brasília para fazer o Curso de Formação do IRBr, com duração de mais de um ano, e iniciar o trabalho em uma unidade do MRE em Brasília. O MRE tem nove escritórios de representação regionais em algumas capitais de estados brasileiros, mas o número de diplomatas que trabalham nesses escritórios é reduzido, e o trabalho pode ser bastante diferente daquele desempenhado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), em Brasília.

- Há convocação de excedentes (aprovados fora das vagas)?

Não. Tradicionalmente, são chamados e tomam posse apenas os candidatos aprovados dentro das vagas.

FICHA TÉCNICA DO CACD 2023

- **Vagas:** 50 vagas, distribuídas da seguinte forma:
 - 10 vagas reservadas a candidatos negros (20%);
 - 3 vagas reservadas a pessoas com deficiência (5%); e
 - 37 vagas para a ampla concorrência.
- **Disposições específicas para as vagas reservadas:** confira no edital as informações referentes aos procedimentos de confirmação. Para candidatos negros, haverá, ao final do concurso, uma entrevista perante uma comissão de heteroidentificação. Para candidatos com deficiência, deve-se enviar laudo médico no ato de inscrição, e haverá, ao final do concurso, perícia médica.
- **Salário inicial bruto no Brasil:** R\$20.926,98 (para o cálculo do salário líquido, incidem sobre essa quantia deduções como imposto de renda e previdência). O salário é pago já durante o Curso de Formação, a partir da posse no cargo.
- **Banca examinadora:** assim como nas últimas três edições do CACD, a banca examinadora do CACD 2023 será o Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES).
- **Cidades de provas:** as provas são aplicadas nas capitais de todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Não é possível fazer a prova no exterior. Quem for aprovado na primeira fase do CACD deverá fazer as provas das fases seguintes na mesma cidade onde fez a primeira fase.
- **Inscrição no CACD 2023:** conforme o item 4 do edital, a inscrição no CACD 2023 será realizada por meio de formulário eletrônico a ser disponibilizado na página da banca examinadora, entre as 8h de 06/07/2023 e as 22h de 03/08/2023 (horário de Brasília).
- **Taxa de inscrição:** R\$229. A Guia de Recolhimento da União deverá ser paga até 04/08/2023. Podem solicitar isenção da taxa de inscrição candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, membros de família de baixa renda ou doadores de medula óssea (veja as condições específicas no edital, item 4.5).

QUADRO-RESUMO DE DATAS IMPORTANTES DO CACD 2023

Datas	Eventos
06/07 (8h) a 03/08 (22h)	Inscrição
04/08	Limite para pagamento da GRU da taxa de inscrição

FASES DE PROVAS E DATAS IMPORTANTES

Assim como nas últimas edições, o CACD 2023 será dividido em três fases:

- **Primeira fase:** duas provas objetivas com questões de Direito, Economia, Geografia, História do Brasil, História Mundial, Inglês, Política Internacional e Português;
- **Segunda fase:** provas discursivas de Português e de Inglês; e
- **Terceira fase:** provas discursivas de Direito, Economia, Geografia, História do Brasil, Política Internacional, Espanhol e Francês.

PRIMEIRA FASE (“TPS”)

A primeira fase do CACD é comumente chamada de TPS, em alusão a seu antigo nome, Teste de Pré-Seleção. Ela tem caráter unicamente eliminatório – ou seja, seleciona os(as) candidatos(as) que participarão das fases seguintes, mas as notas na primeira fase não são consideradas no cômputo final.

A primeira fase tem duas provas objetivas que são aplicadas no mesmo dia (domingo, 27/08), uma de manhã e outra à tarde (é obrigatório comparecer às provas nos dois turnos). A divisão de questões na primeira fase é:

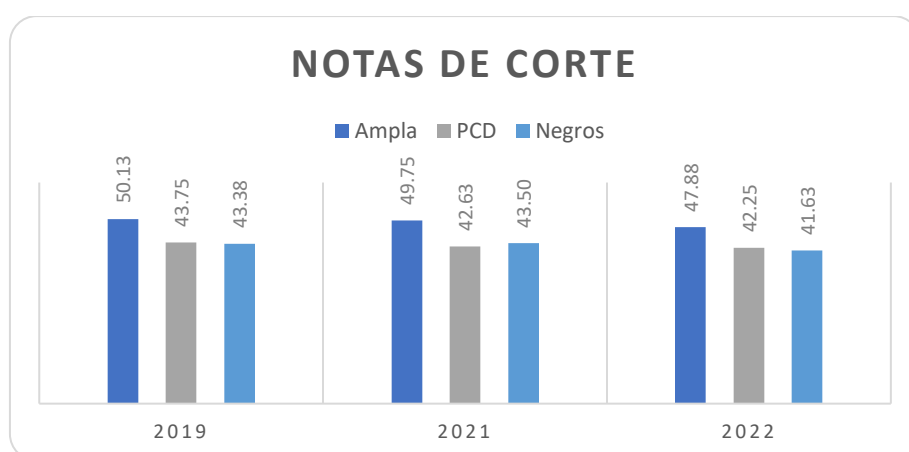
Matéria	Número de questões
Política Internacional	11
Língua Portuguesa	11
História do Brasil	11
História Mundial	11
Língua Inglesa	9
Direito	7
Economia	7
Geografia	6
Total	73

Embora o edital não indique quais matérias serão exigidas em cada horário, em anos recentes a prova da manhã incluiu as questões de Português, Política Internacional, Geografia e Direito, e a prova da tarde incluiu as questões das demais matérias. Cada prova tem duração de três horas.

Cada questão tem quatro itens para marcar “Certo” ou “Errado” (ou seja, há 292 itens no total). Cada item vale 0,25 ponto, e a pontuação máxima da prova é de 73 pontos. Para cada item errado, desconta-se 0,125 ponto – ou seja, na prática, dois itens errados pelo(a) candidato(a) anulam a pontuação

de um item que ele(ela) acertou. Não há ganho nem perda de ponto para itens com dupla marcação (quando se preenche tanto a bolinha de “Certo” quanto a de “Errado” no gabarito do mesmo item) ou deixados em branco. A pontuação de itens de gabarito anulado é atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido do gabarito na fase de recursos.

Os candidatos que obtiverem nota final inferior a 32,85 pontos (45%) na primeira fase serão automaticamente eliminados. A nota de corte – ou seja, a nota mínima para aprovação para a segunda fase do CACD – não é fixa e pode variar de um concurso para o outro, uma vez que são aprovados números determinados de candidatos conforme a categoria. No CACD 2023, 400 candidatos serão aprovados na primeira fase: 300 candidatos da ampla concorrência, 80 candidatos negros e 20 pessoas com deficiência (PCD). Caso haja empate na última colocação, são convocados todos os candidatos que tirarem essa mesma nota. Veja, no gráfico a seguir, as notas de corte na primeira fase dos últimos CACDs (nota máxima: 73 pontos).



Política Internacional é uma das matérias com o maior número de questões na primeira fase (11) e também é conhecida como uma das mais difíceis do CACD: tem um conteúdo programático extenso e em constante atualização, além de cobrança detalhada e bastante exigente. Em 2023, foi a única matéria com acréscimo de novos conteúdos no edital.

Se você deseja preparar-se para a prova de Política Internacional da primeira fase do CACD de maneira objetiva e pragmática, com um material de revisão atualizado, exclusivo e com foco específico naquilo que é mais relevante para o concurso, [toque aqui para conhecer o *Intensivão de Política Internacional 2023*](#).

DATAS IMPORTANTES DA PRIMEIRA FASE DO CACD 2023

Datas	Eventos
27/08 (9h30 e 15h)	Provas da primeira fase (duração: 3h cada)
27/08 (22h)	Gabarito preliminar
28/08 (8h) a 29/08 (22h)	Interposição de recursos ao gabarito preliminar
11/09	Gabarito definitivo, resultado final da primeira fase e convocação para a segunda fase

SEGUNDA FASE

A segunda fase é composta por provas discursivas de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, de caráter eliminatório e classificatório. Há notas mínimas para aprovação nessa fase (60 pontos de 100 em Português e 50 de 100 em Inglês), e as notas nessas provas contam para o resultado final do CACD.

As questões de cada prova da segunda fase são assim distribuídas:

- **Português:** a prova vale 100 pontos; inclui uma redação sobre tema geral de 65 a 70 linhas (60 pontos), um resumo com extensão entre 35% e 50% do texto de referência (20 pontos) e um exercício de interpretação, análise ou comentário de textos de 15 a 20 linhas (20 pontos);
- **Inglês:** a prova vale 100 pontos; inclui uma redação sobre tema geral de 45 a 50 linhas (50 pontos), uma tradução de um texto do inglês para o português (15 pontos), uma versão de um texto do português para o inglês (20 pontos) e um resumo em inglês de texto escrito em inglês, com extensão entre 35% e 50% do texto de referência (15 pontos).

As provas da segunda fase têm duração de 5h cada. Confira no edital os critérios específicos de correção e pontuação para cada uma dessas provas.

Todos os candidatos que atingirem as notas mínimas em ambas as provas da segunda fase serão convocados para a terceira fase.

DATAS IMPORTANTES DA SEGUNDA FASE DO CACD 2023

Datas	Eventos
16/09 (14h)	Prova discursiva de Português
17/09 (14h)	Prova discursiva de Inglês
04/10	Resultado provisório da segunda fase
05/10 (8h) a 06/10 (22h)	Interposição de recursos ao resultado provisório
18/10	Resultado final da segunda fase e convocação para a terceira fase

TERCEIRA FASE

A terceira fase é composta por provas discursivas de Direito, Economia, Geografia, História do Brasil, Política Internacional, Língua Espanhola e Língua Francesa, de caráter eliminatório e classificatório. Os dois idiomas estrangeiros (Espanhol e Francês) são obrigatórios para todos os candidatos.

As questões em cada prova da terceira fase são assim distribuídas:

- **Direito, Economia e Geografia:** cada prova vale 100 pontos; em cada prova, há duas questões discursivas com máximo de 60 linhas de resposta (valendo 30 pontos cada) e duas questões discursivas com máximo de 40 linhas (20 pontos cada);

- **História do Brasil e Política Internacional:** cada prova vale 100 pontos; em cada prova, há duas questões discursivas com máximo de 90 linhas de resposta (valendo 30 pontos cada) e duas questões discursivas com máximo de 60 linhas (20 pontos cada);
- **Espanhol e Francês:** cada um desses idiomas vale 50 pontos; em cada idioma, há um resumo no referido idioma estrangeiro com extensão entre 35% e 50% do texto de referência (25 pontos cada) e uma versão de um texto do português para o idioma estrangeiro (25 pontos cada).

As provas da terceira fase têm duração de 4h cada. Confira no edital os critérios específicos de correção e pontuação para cada uma dessas provas.

A nota mínima para aprovação na terceira fase é de 360 pontos (60%) no somatório de todas as provas dessa fase – ou seja, não há problema em tirar menos de 60% em uma ou mais provas da terceira fase, desde que a soma total das notas nas provas dessa fase seja de no mínimo 360 pontos. Os candidatos que não atingirem esse somatório mínimo são eliminados.

A nota final no CACD é dada pela soma das notas nas provas da segunda e da terceira fases. São convocados e tomam posse na carreira de diplomata, em cada categoria de vagas (ampla concorrência, negros e pessoas com deficiência), os(as) candidatos(as) com as maiores notas nesse somatório.

DATAS IMPORTANTES DA TERCEIRA FASE DO CACD 2023

Datas	Eventos
27/10 (9h)	Prova discursiva de História do Brasil
27/10 (15h)	Prova discursiva de Geografia
28/10 (9h)	Prova discursiva de Política Internacional
28/10 (15h)	Prova discursiva de Economia
29/10 (9h)	Prova discursiva de Direito
29/10 (15h)	Provas discursivas de Espanhol e de Francês
07/11	Resultado provisório
08/11 (8h) a 09/11 (22h)	Interposição de recursos ao resultado provisório
17/11	Resultado final da terceira fase e convocação de candidatos para perícia médica (pessoas com deficiência) e procedimento de heteroidentificação (negros)
29/11	Resultado final do CACD 2023

OUTRAS INFORMAÇÕES ÚTEIS

O edital prevê que o(a) candidato(a) que responder a uma questão/exercício fora do campo reservado para esse fim ou em campo reservado a outra questão/exercício receberá nota zero nessa questão/exercício (item 13.29.1).

Conforme o item 13.29 do edital, será eliminado(a) do CACD e não terá sua prova corrigida o(a) candidato(a) que:

- Não comparecer a qualquer uma das provas, em qualquer fase;
- Entregar totalmente em branco quaisquer provas, questões ou exercícios da segunda e da terceira fases; e
- Fizer uso de qualquer forma de identificação pessoal, ou qualquer sinalização que possa ser entendida como identificação pessoal, diferente da permitida em quaisquer das provas, das questões ou dos exercícios de qualquer das fases.

Confira no edital outras regras e vedações específicas que podem implicar a eliminação do concurso ou a atribuição de nota zero nas provas discursivas.

ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS

A banca examinadora (IADES) disponibiliza os seguintes canais de atendimento aos candidatos:

- Telefone fixo: (61) 3574-7200

- WhatsApp: (61) 99421-3343

- Email: cac@iades.com.br

Se você tem o sonho de se tornar diplomata e quer conquistar uma das 50 vagas oferecidas no CACD 2023, seu tempo de estudos é valioso. Chegou a hora de se dedicar com foco, objetividade e pragmatismo para o CACD!

Para poupar e otimizar seu tempo de estudos, revisar e aprender os conteúdos de Política Internacional de maneira objetiva e pragmática, com materiais atualizados e preparados especialmente para a primeira fase do CACD (incluindo os novos tópicos do edital), você precisa conhecer nosso ***Intensivão de Política Internacional 2023***.

Toque na imagem a seguir ou acesse nosso site para ver a ementa do curso e acessar a página de matrículas. (<https://www.cursocacd.com/intensivao>).



Este documento não substitui a leitura do edital e, embora tenha sido preparado com muito cuidado e atenção, pode conter erros involuntários e omissões decorrentes de sua simplificação. Além disso, não refletirá eventuais alterações publicadas pela banca examinadora. Confira o edital na íntegra e as publicações futuras [na página da banca](#). Acesse a versão mais recente deste edital esquematizado no [site do Curso CACD](#).

CONTEÚDOS COBRADOS POR MATÉRIA

O CACD não tem uma bibliografia oficial. Até o CACD 2010, havia uma bibliografia oficial recomendada, mas ela era muito extensa e, em muitas matérias, pouco prática para os estudos. Por isso, a bibliografia oficial antiga não é recomendada como referência para a preparação atualmente.

As principais referências das matérias cobradas são os tópicos dos conteúdos programáticos do edital e as provas de CACDs anteriores, que podem indicar os temas de maior incidência e sua relevância para os estudos. Todas as provas de CACDs anteriores estão disponíveis para baixar em nossa página: <http://www.cursocacd.com/conteudo/>.

No conteúdo programático do CACD 2023, houve correções formais pontuais de eliminação do hífen após “não” (“não alinhamento”, “não proliferação” e “não convencional”) e uso de todas as letras maiúsculas em MERCOSUL. Em História do Brasil, também houve as pertinentes substituições de “Inglaterra” por “Reino Unido” (tópico 5.2) e de “expulsão de Cuba na OEA” por “suspensão de Cuba na OEA” (tópico 8.3).

Política Internacional foi a única matéria com mudanças substantivas no conteúdo programático:

- tópico 9 – o antigo tópico “O Brasil e a África” foi substituído por “África: política externa e relações com o Brasil”;
- tópico 13.3 – inclusão de “insegurança alimentar” juntamente com “pobreza, fome e ações de combate à fome”;
- tópico 13.6 – resgate de um tópico que existia no edital até o CACD 2018: “Direitos humanos e políticas de identidade: gênero, raça e religião como vetores da política mundial”;
- tópico 13.8 – adição do tema “cadeias globais de suprimento” ao tópico sobre comércio internacional e a OMC;
- tópico 19 – o antigo tópico “Criptomoedas, *blockchain* e os impactos na economia mundial” foi excluído; e
- tópico 19 – inclusão de novo tópico: “Cooperação e a diplomacia da saúde”.

A seguir, transcrevemos os conteúdos programáticos de cada matéria conforme o edital do CACD 2023.

LÍNGUA PORTUGUESA

1 Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.

- 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade.

1.2 Morfossintaxe.

1.3 Semântica.

1.4 Vocabulário.

2 Leitura e produção de textos.

2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos escritos em Língua Portuguesa.

2.2 Conhecimentos de linguística, literatura e estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.

2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical.

2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição.

2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

LÍNGUA INGLESA

Primeira fase

1 Compreensão de textos escritos em Língua Inglesa.

2 Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos.

Segunda fase

1 Redação em Língua Inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de ideias.

2 Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical.

3 Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical.

4 Resumo: capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto.

LÍNGUA ESPANHOLA

1 Elaboração de resumo, em Espanhol, a partir de texto escrito em Língua Espanhola, em que serão avaliadas a capacidade de síntese e de reelaboração em um registro culto.

2 Versão de um texto do Português para o Espanhol, em que serão avaliados a fidelidade ao texto-fonte, o respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte e a correção morfosintática e lexical.

LÍNGUA FRANCESA

1 Elaboração de resumo, em Francês, a partir de texto escrito em Língua Francesa, em que serão avaliadas a capacidade de síntese e de reelaboração em um registro culto.

2 Versão de um texto do Português para o Francês, em que serão avaliados a fidelidade ao texto-fonte, o respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte e a correção morfossintática e lexical.

DIREITO

1 Normas jurídicas.

2 Personalidade jurídica.

3 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade.

4 Estado: elementos, soberania, formas, modelos de divisão de competência com entes subnacionais, sistemas de governo.

5 Estado democrático de direito. Conceito e objetivos. Divisão de poderes.

6 Organização e competências dos poderes no Direito brasileiro.

7 Processo legislativo brasileiro.

8 Direitos e garantias fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro.

9 Administração Pública no Brasil. Princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos. Estrutura da Administração Pública Federal. Atos administrativos. Processo e procedimento administrativo.

10 Licitações e contratos administrativos.

11 Responsabilidade civil do Estado.

12 Direitos, deveres e responsabilidades do servidor público. Improbidade administrativa. Regime disciplinar e processo administrativo disciplinar.

13 Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro (Lei nº 11.440/2006).

14 Finanças públicas. Normas orçamentárias.

15 Direito Internacional. Desenvolvimento. Direito Internacional Público (DIP) e o Direito Interno. Constituição e Direito Internacional. Estados federados e entes federados.

16 Princípios que regem o Brasil nas relações internacionais (art. 4º CF/1988).

17 DIP e Direito Internacional Privado (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

18 Estado. Surgimento e extinção de Estados. Sucessão de Estados. Direitos e Deveres. Soberania. Reconhecimento de Estado e Governo.

19 Território. Formação do território brasileiro.

- 20 Povo. Nacionalidade. Formas de aquisição, perda e reaquisição. Proteção a brasileiros no exterior. Direitos e deveres de nacionais no exterior. Dupla e/ou múltipla nacionalidade. Situação jurídica do estrangeiro. Extradição. Apatridia e polipatria. Asilo.
- 21 Jurisdição. Relações diplomáticas e consulares. Imunidades. Responsabilidade internacional do Estado. Proteção diplomática.
- 22 Sujeitos especiais do Direito Internacional.
- 23 Fontes do DIP. Tratados internacionais. Costume Internacional. Princípios Gerais. Jurisprudência e Doutrina. Atos Unilaterais. Atos de Organizações Internacionais. Analogia e Equidade. Normas imperativas (jus cogens). Obrigações erga omnes. Soft Law. Acordos executivos. Conflito entre fontes. Incorporação de fontes extraconvencionais ao Direito brasileiro.
- 24 Solução pacífica de controvérsias. Prática diplomática brasileira. Bons ofícios. Mediação. Investigação ou inquérito. Conciliação. Meios jurisdicionais. Arbitragem. Meios judiciais. Corte Internacional de Justiça. Outros tribunais internacionais.
- 25 Organizações internacionais. Incorporação ao Direito brasileiro dos atos de organizações internacionais. Organização das Nações Unidas. Agências da Organização das Nações Unidas. Organização dos Estados Americanos. Carta Democrática Interamericana. Outras organizações internacionais regionais. Direito comparado.
- 26 Direito da Integração Regional. MERCOSUL. Relação com o Direito brasileiro. Órgão de Solução de Controvérsias. Jurisprudência.
- 27 Uso da força. Prática diplomática brasileira. Segurança coletiva. Uso da força e direitos humanos. Operações de manutenção da paz. Desarmamento e Não Proliferação. Controle de armas. Terrorismo.
- 28 Direito internacional dos direitos humanos. Exigibilidade. Tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Incorporação no Direito brasileiro. Sistemas convencionais de petições. Conselho de Direitos Humanos. Órgãos de tratados. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.
- 29 Conflitos armados e o Direito internacional. Direito Internacional Humanitário. Direito Internacional dos Refugiados. O instituto do refúgio no Direito brasileiro.
- 30 Direito penal internacional. Tribunais internacionais penais. Tribunal Penal Internacional.
- 31 Direito do comércio internacional. Organização Mundial do Comércio. Acordos. Órgão de Solução de Controvérsias. Jurisprudência.
- 32 Direito Internacional do Meio Ambiente. Direito Internacional do Mar. Tribunal Internacional do Direito do Mar.
- 33 Direito Internacional do Trabalho. OIT. Convenções, recomendações e supervisão normativa.
- 34 Áreas além dos limites da jurisdição exclusiva dos Estados.
- 35 Cooperação jurídica internacional. Matéria penal e cível. Regimes vigentes no Direito brasileiro.

ECONOMIA

1 Microeconomia.

1.1 Demanda do Consumidor.

1.1.1 Preferências.

1.1.2 Equilíbrio do consumidor.

1.1.3 Curva de demanda.

1.1.4 Elasticidade-preço e elasticidade-renda.

1.2. Oferta do Produtor.

1.2.1 Fatores de produção.

1.2.2 Função de produção.

1.2.3 Elasticidade-preço da oferta.

1.3 Tipos de Mercados e de bens.

1.3.1 Concorrência perfeita, monopólio e oligopólio.

1.3.2 Determinação de preços e quantidades de equilíbrio.

1.3.3 Tipos de bens.

1.3.4 Bens públicos.

1.3.5 Bens rivais.

1.3.6 Recursos comuns e Bens comuns.

1.3.7 Externalidades.

2 Macroeconomia.

2.1 Contabilidade Nacional.

2.1.1 Os conceitos de renda e produto.

2.1.2 Teorias clássica e keynesiana de determinação da renda.

2.1.3 Oferta e demanda agregadas.

2.1.4 Agregados macroeconômicos: identidades básicas das contas nacionais.

2.2 Contas externas.

2.2.1 Os conceitos de déficit e superávit nas contas externas.

2.2.2 Balanço de pagamentos: a conta de transações correntes, a conta de capital e financeira.

2.2.3 Indicadores de Liquidez Externa

2.2.4 Indicadores de Solvência Externa.

2.3 Economia do Setor Público e Política Fiscal.

2.3.1 Gastos e receitas do governo.

2.3.2 Política orçamentária e equilíbrio orçamentário.

2.3.3 Conceitos de superávit e déficit público.

- 2.3.4 Abordagem Ricardiana da Dívida Pública.
- 2.3.5 Endividamento e responsabilidade fiscal.
- 2.3.6 Papel do Governo.
- 2.3.7 Objetivos e instrumentos de política fiscal.
- 2.3.8 Efeitos fiscais sobre a política monetária.
- 2.3.9 Consumo, investimento, poupança e gasto do governo.
- 2.4 O modelo IS-LM-BP.
- 2.5 Teoria e política monetária.
 - 2.5.1 Funções da moeda.
 - 2.5.2 Criação e distribuição de moeda.
 - 2.5.3 Oferta da moeda e mecanismos de controle.
 - 2.5.4 Procura da moeda.
 - 2.5.5 Tipos de Inflação.
 - 2.5.6 Moeda e preços no longo prazo.
 - 2.5.7 Teoria Quantitativa da Moeda.
- 2.6 Política monetária.
 - 2.6.1 Papel do Banco Central.
 - 2.6.2 Objetivos e instrumentos de política monetária.
 - 2.6.3 Inflação e Taxa de Juros.
 - 2.6.4 Política Monetária Não Convencional.
 - 2.6.5 Conceitos Básicos da Regulação e Supervisão do Sistema bancário, financeiro e do Mercado de Capitais.
- 2.7 Crescimento e Desenvolvimento Econômico.
 - 2.7.1 Teorias de Crescimento Econômico.
 - 2.7.2 O papel da inovação no crescimento econômico: os modelos Solow e Schumpeteriano.
- 2.8 Emprego e renda
 - 2.8.1 Conceito de Desemprego.
 - 2.8.2 Tipos de Desemprego.
 - 2.8.3 Determinação do nível de emprego.
 - 2.8.4 Indicadores do mercado de trabalho.
 - 2.8.5 Lei de Okun.
- 3 Economia internacional.
 - 3.1 Teorias de Comércio.
 - 3.1.1 Teorias clássicas, Neoclássicas e contemporâneas do comércio internacional.
 - 3.1.2 O comércio intrafirma e intrassetorial.

- 3.1.3 O papel das economias de escala e da concorrência imperfeita para o comércio internacional.
- 3.1.4 A crítica de Prebisch e da Cepal.
- 3.1.5 Deterioração dos termos de troca.
- 3.2 Macroeconomia aberta.
 - 3.2.1 Os fluxos internacionais de bens, capitais e serviços.
 - 3.2.2 Regimes de câmbio.
 - 3.2.3 Taxa de câmbio nominal e real.
 - 3.2.4 Determinantes da Política Cambial.
 - 3.2.5 A relação poupança externa-crescimento econômico.
 - 3.2.6 A relação câmbio-juros-inflação.
- 3.3 Efeitos de tarifas, quotas, subsídios e outros instrumentos de política comercial.
- 4 História econômica brasileira.
 - 4.1 A economia brasileira no Século XIX.
 - 4.1.1 A economia cafeeira.
 - 4.2 Primeira República.
 - 4.2.1 Políticas econômicas e evolução da economia brasileira.
 - 4.2.2 Crescimento industrial.
 - 4.2.3 Políticas de valorização do café.
 - 4.3 A Industrialização Brasileira no Período 1930-1945.
 - 4.3.1 O Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI)
 - 4.3.2 Falhas e Críticas ao Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI).
 - 4.4 A década de 1950.
 - 4.4.1 O Plano SALTE.
 - 4.4.2 O Plano de Metas.
 - 4.4.3 O pós-guerra e a Nova Fase de Industrialização.
 - 4.5 O Período 1962-1967.
 - 4.5.1 A desaceleração no crescimento.
 - 4.5.2 O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.
 - 4.5.3 Reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).
 - 4.5.4 A importância das reformas do PAEG para a retomada do crescimento em 1968.
 - 4.6 A retomada do crescimento 1968-1973.

4.6.1 Causas do “Milagre Econômico”.

4.6.2 O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

4.7 Desaceleração econômica e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

4.8 A crise dos anos oitenta.

4.8.1 A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste.

4.8.2 Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação.

4.8.3 O debate sobre a natureza da inflação no Brasil.

4.9 Economia Brasileira nos anos noventa.

4.9.1 Abertura (comercial e financeira) parcial da economia brasileira.

4.9.2 O Plano Real.

5 Bancos digitais, meios de pagamento e os desafios da transição do “dinheiro de plástico” para o “dinheiro digital” na economia do século XXI.

GEOGRAFIA

1 História da Geografia.

1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico.

1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa.

1.3 As principais correntes teóricas da Geografia.

2 A Geografia da População.

2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo.

2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intranacionais.

2.3 Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações.

3 Geografia Econômica.

3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho.

3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais.

3.3 Energia, logística e reordenamento territorial pós-fordista.

3.4 Disparidades regionais e planejamento no Brasil.

4 Geografia Agrária.

4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais.

4.2 Estruturação e funcionamento do agronegócio no Brasil e no mundo.

4.3 Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro.

5 Geografia Urbana.

5.1 Processo de urbanização e formação de redes de cidades.

5.2 Conurbação, metropolização e cidades-mundiais.

5.3 Dinâmica intraurbana das metrópoles brasileiras.

5.4 O papel das cidades médias na modernização do Brasil.

6 Geografia Política.

6.1 Teorias geopolíticas e poder mundial.

6.2 Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço.

6.3 Relações Estado e território.

7 Geografia e gestão ambiental.

7.1 O meio ambiente nas relações internacionais: questões conceituais e institucionais.

7.2 Macro divisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas.

7.3 Política e gestão ambiental no Brasil.

HISTÓRIA DO BRASIL

1 O período colonial.

1.1 A configuração territorial da América Portuguesa.

1.2 As dimensões econômicas e sociais da América Portuguesa.

2 O processo de independência.

2.1 Movimentos emancipacionistas.

2.2 A situação política e econômica europeia.

2.3 O Brasil sede do Estado monárquico português.

2.4 O Constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2.5 A influência das ideias liberais e sua repercussão no Brasil.

3 O Primeiro Reinado (1822-1831).

3.1 A Constituição de 1824.

3.2 Quadro político interno.

3.3 Política exterior do Primeiro Reinado.

4 A Regência (1831-1840).

4.1 Centralização versus descentralização: reformas institucionais.

4.2 O Ato Adicional de 1834 e revoltas provinciais.

4.3 A dimensão externa.

5 O Segundo Reinado (1840-1889).

5.1 O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial.

5.2 Política externa: as relações com a Europa e os Estados Unidos da América; questões com o Reino Unido; a Guerra do Paraguai.

5.3 A questão da escravidão.

5.4 Crise do Estado Monárquico.

5.5 Sociedade e cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária.

5.6 Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas consequências.

6 A Primeira República (1889-1930).

6.1 A proclamação da República e os governos militares.

6.2 A Constituição de 1891.

6.3 O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais.

6.4 A economia agroexportadora.

6.5 A política externa: a obra de Rio Branco; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações.

6.6 Sociedade e cultura: o Modernismo.

6.7 A crise dos anos 20 do século XX: tenentismo e revoltas.

6.8 A Revolução de 1930.

7 A Era Vargas (1930-1945).

7.1 O processo político e o quadro econômico financeiro.

7.2 A Constituição de 1934.

7.3 A Constituição de 1937: o Estado Novo.

7.4 O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial.

7.5 Industrialização e legislação trabalhista.

7.6 Sociedade e cultura.

8 A República Liberal (1945-1964).

8.1 A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946.

8.2 Industrialização e urbanização.

8.3 Política externa: relações com os EUA; a Guerra Fria; a “Operação Pan-Americana”; a “política externa independente”; o Brasil na ONU; o Brasil no Rio de Janeiro; o Brasil e a suspensão de Cuba na OEA.

- 8.4 Sociedade e cultura.
- 9 O Regime Militar (1964-1985).
 - 9.1 A Constituição de 1967 e as modificações de 1969.
 - 9.2 A economia.
 - 9.3 Política externa: relações com os EUA; o “pragmatismo responsável”; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU.
 - 9.4 Sociedade e cultura.
 - 9.5 O processo de transição política.
- 10 O processo democrático a partir de 1985.
 - 10.1 A Constituição de 1988.
 - 10.2 Partidos políticos e eleições.
 - 10.3 Transformações econômicas.
 - 10.4 Impactos da globalização.
 - 10.5 Mudanças sociais.
 - 10.6 Manifestações culturais.
 - 10.7 Evolução da política externa.
 - 10.8 MERCOSUL.
 - 10.9 O Brasil na ONU.
- 11 Os impactos tecnológicos e digitais nas transformações políticas e sociais do Brasil no século XXI.

HISTÓRIA MUNDIAL

- 1 Estruturas e ideias econômicas.
 - 1.1 Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX.
 - 1.2 Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780).
 - 1.3 Principais ideias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo.
 - 1.4 Marxismo.
 - 1.5 As crises e os mecanismos anticrise: a Crise de 1929 e o “New Deal”.
 - 1.6 A prosperidade no segundo pós-guerra.
 - 1.7 O “Welfare State” e sua crise.
 - 1.8 O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.
- 2. Revoluções.
 - 2.1 A Revolução Francesa e as revoluções burguesas.
 - 2.2 Processos de independência na América.

- 2.3 Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas.
- 2.4 Anarquismo.
- 2.5 Socialismo.
- 2.6 Revoluções no século XX: Rússia e China.
- 2.7 Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.
- 3 As relações internacionais.
 - 3.1 Modelos e interpretações.
 - 3.2 O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918).
 - 3.3 As rivalidades coloniais.
 - 3.4 Causas da Primeira Guerra Mundial.
 - 3.5 Os 14 pontos de Wilson.
 - 3.6 A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939).
 - 3.7 A Liga das Nações.
 - 3.8 As causas da Segunda Guerra Mundial.
 - 3.9 As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente.
 - 3.10 Bretton Woods.
 - 3.11 O Plano Marshall.
 - 3.12 A Organização das Nações Unidas.
 - 3.13 A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon).
 - 3.14 Os conflitos localizados.
 - 3.15 A “détente”.
 - 3.16 A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush).
 - 3.17 A crise e a desagregação do bloco soviético.
- 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação.
 - 4.1 O fim do colonialismo do Antigo Regime.
 - 4.2 A nova expansão europeia.
 - 4.3 Os debates acerca da natureza do Imperialismo.
 - 4.4 A partilha da África e da Ásia.
 - 4.5 O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão.
 - 4.6 A descolonização.
 - 4.7 A Conferência de Bandung.
 - 4.8 O Não Alinhamento.
 - 4.9 O conceito de Terceiro Mundo.
- 5 A evolução política e econômica nas Américas.
 - 5.1 A expansão territorial nos EUA.
 - 5.2 A Guerra de Secessão.

5.3 A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina; militarismo e caudilhismo.

5.4 A doutrina Monroe e sua aplicação; a política externa dos EUA na América Latina.

5.5 O Pan-Americanismo.

5.6 A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro.

5.7 As experiências de integração nas Américas.

6 Ideias e regimes políticos.

6.1 Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo.

6.2 A construção dos Estados nacionais: os casos da Alemanha e da Itália.

6.3 Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo.

6.4 Ditaduras e regimes fascistas.

6.5 O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo.

6.6 O liberalismo no século XX.

7 A vida cultural.

7.1 O movimento romântico.

7.2 A cultura do imperialismo.

7.3 As vanguardas europeias.

7.4 O modernismo.

7.5 A pós-modernidade.

8 As relações internacionais no século XXI frente aos novos paradigmas digitais, as redes sociais e as modernas ferramentas tecnológicas de comunicação.

POLÍTICA INTERNACIONAL

1 Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos.

2 A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação.

3 O Brasil e a América do Sul.

3.1 Integração na América do Sul.

3.2 O MERCOSUL: origens do processo de integração no Cone Sul.

3.3 Objetivos, características e estágio atual de integração.

3.4 As iniciativas de integração física, energética, política, econômica e de defesa na América do Sul.

- 4 Argentina: política externa e relações com o Brasil.
- 5 Relações do Brasil com os demais países do hemisfério.
- 6 Estados Unidos da América: política externa e relações com o Brasil.
- 7 União Europeia: origens, evolução histórica, estrutura e funcionamento, situação atual, política externa e relações com o Brasil.
- 8 Rússia: política externa e relações com o Brasil.
- 9 África: política externa e relações com o Brasil.
- 10 O Brasil e a Ásia.
 - 10.1 China, Índia e Japão: políticas externas e relações com o Brasil.
- 11 O Brasil e o Oriente Médio.
 - 11.1 A questão israelo-palestina.
 - 11.2 Síria, Iraque, Irã e outras situações nacionais relevantes.
- 12 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- 13 O Brasil e a agenda internacional.
 - 13.1 O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as conferências internacionais; os órgãos multilaterais.
 - 13.2 Desenvolvimento e desenvolvimento sustentável.
 - 13.3 Pobreza, insegurança alimentar e fome. Ações de combate à fome.
 - 13.4 Meio ambiente.
 - 13.5 Mar, espaço e Antártida.
 - 13.6 Direitos humanos e políticas de identidade: gênero, raça e religião como vetores da política mundial.
 - 13.7 Migrações internacionais, migrantes, refugiados e apátridas.
 - 13.8 Comércio internacional, Organização Mundial do Comércio (OMC) e cadeias globais de suprimento.
 - 13.9 Sistema financeiro internacional.
 - 13.10 Desarmamento e não proliferação.
 - 13.11 Crimes de guerra e crimes contra a humanidade: genocídio, holocausto e o Tribunal Penal Internacional.
 - 13.12 Terrorismo.
 - 13.13 Narcotráfico, crime transnacional e crimes cibernéticos de alcance global.
 - 13.14 Reforma das Nações Unidas.
 - 13.15 Operações de paz das Nações Unidas.
- 14 O Brasil e o sistema interamericano.
 - 14.1 A Organização dos Estados Americanos.
- 15 O Brasil e a formação dos blocos econômicos, a negociação de acordos comerciais e a promoção comercial.

- 16 A dimensão da segurança na política exterior do Brasil.
- 17 O Brasil e as coalizões internacionais: o G-20, o IBAS e o BRICS.
- 18 O Brasil e a cooperação Sul-Sul.
- 19 Cooperação e a diplomacia da saúde.

Não é à toa que a prova de Política Internacional é muitas vezes considerada uma das mais difíceis do CACD. O conteúdo da matéria é denso, extenso e está em constante atualização. Para avançar na preparação para o CACD 2023 com objetividade e pragmatismo, aprendendo e revisando a matéria de Política Internacional com simulados inéditos e um material exclusivo, resumido e atualizado, conheça nosso ***Intensivão de Política Internacional 2023***.

Acesse a ementa e a página de matrículas clicando na imagem a seguir ou acessando <http://www.cursocacd.com/intensivao>.



Para seguir recebendo informações sobre o CACD e aprendendo Política Internacional de maneira descomplicada, acompanhe-nos pelos canais a seguir:

Instagram: [@curso.cacd](#) e [@br_rezende](#)

YouTube: [canal “Atualizaí! – Curso CACD”](#)

Telegram: [grupo @cursocacd](#)

Página: <http://www.cursocacd.com>

Ótimos estudos e sucesso no CACD 2023!

Bruno Rezende